

Índice

Desculpas para não pensar	1
Chegou demasiado longe a eutanásia?	2
Pena de morte: continua a descida de execuções nos EUA	3
“Transhumanismo y fascinación por las nuevas tecnologías”	4

Desculpas para não pensar

O populismo, as *notícias falsas* e as bolhas ideológicas alimentadas pelos algoritmos não são os únicos riscos perante os quais uma cidadania crítica deve manter-se alerta. Para os que aspiram compreender temas debatidos na opinião pública, é necessária a capacidade de detetar as explicações superficiais ou tendenciosas que são tidas como certas.

O [pensamento crítico](#) é uma capacidade muito querida nas sociedades modernas. Mas existe uma lacuna entre as competências intelectuais que apreciamos e as que demonstramos na prática, como revela um [relatório](#) de Helen Lee Bouygues, fundadora da Reboot Foundation.

Por exemplo, quase 87 % dos mais de 1100 adultos inquiridos por esta organização defendem que é positivo considerar os pontos de vista contrários aos seus, mas, na prática, menos de 25 % procuram ideias que desafiam a sua maneira de pensar. E apesar do pânico em face das *fake news*, outro estudo da Universidade de Colúmbia mostra que é frequente a partilha de notícias no Twitter sem as ter lido.

Bouygues insiste em que a mistura de notícias falsas, filtros bolha e extremismo é um obstáculo para as democracias. Mas os seus dados também chamam a atenção sobre um problema mais amplo: a pobreza de pensamento.

Entre os inimigos quotidianos do senso crítico figuram as “narrativas preguiçosas”, como [designa](#) Matthew Goodwin (“Quillette”, 3.8.2018) as explicações repetidas sucessivamente quase sem resistência. Para o politólogo britânico, um

exemplo desse tipo de narrativas é o que atribui o *Brexit* à estupidez de alguns cidadãos – nada menos do que 17,4 milhões – que não compreenderiam aquilo que estavam a votar, ou que se deixaram enganar pelas notícias falsas, em vez de ver esse facto como “um repúdio consciente do *statu quo*”.

A constatação de que o *Brexit* foi a primeira derrota ao longo dos anos para os defensores da globalização, como afirma Goodwin, bem merecia uma explicação tendo por base as razões desse repúdio. E embora não faltassem análises esclarecedoras, a possibilidade de compreender melhor os descontentes com Bruxelas viu-se frustrada quando alguns comentaristas rotularam o resultado de “irracional”.

Outras vezes, o que mina a capacidade crítica são as narrativas complacentes, que evitam qualquer incomodidade de argumento aos da própria tribo por força de caricaturar a posição dos outros. Acontece, por exemplo, quando se tenta camuflar a incapacidade própria para tolerar as discrepâncias, fazendo passar o oponente por um fanático. É surpreendente que se alguns pais se opõem a que um programa escolar promova uma visão da família e da sexualidade contrária às suas convicções, um [artigo](#) do “The New York Times” (19.1.2018) os acuse de usarem os direitos educativos para “encobrir a sua homofobia”.

Enquanto o filósofo Sócrates convidava a que fosse examinada a qualidade dos argumentos próprios, as narrativas complacentes pretendem atirar bolas para fora. É necessário pedir aos populistas que expliquem de onde tiram os seus números e que esclareçam as suas mensagens mais simples – sobretudo, as que estigmatizam todo um grupo social –, mas haveria que fazer o mesmo com os que acreditam que enfrentá-los os isenta de apresentar razões.

Uma sociedade que despacha por sistema com a etiqueta de *ultra* os que pertencem a um lado do arco ideológico, acaba por ser cega perante o extremismo do outro. Um exemplo é a definição de [“ultra”](#) do “Diccionario de la lengua española”, que, depois de um primeiro significado válido para quem quer que adote ideias radicais (“em política, extremista”), no segundo apenas fala de “ultra de direita”.

Também é tendenciosa a presunção de que a “revolta contra o multiculturalismo e o politicamente correto” encobre “um desejo de utilizar a linguagem de ódio para criar comoção e mesmo questionar os tabus contra o antisemitismo e o racismo”, como [escreveu](#) no “El País” (12.9.2018) Antony Beevor a propósito dos Democratas Suecos.

O que diz Beevor vale para aqueles que são na verdade racistas, mas qualquer crítica ao multiculturalismo ou ao politicamente correto será uma desculpa para o ódio? Não pensa assim Alain Finkielkraut, que sofreu graves insultos antisemitas. Questionado pelo governo populista de Itália numa [entrevista](#) publicada no mesmo diário (20.2.2019), o filósofo francês respondeu: “Não conheço suficientemente a situação de Itália, mas estou convencido de que se deve respeitar a liberdade e a sabedoria dos povos europeus quando recusam juntar-se a uma visão multicultural da sociedade”. Mais à frente classifica o populismo de “reação patológica”, mas não despreza as preocupações que suscitaram essa resposta.

Perante a facilidade com que alguns atribuem a etiqueta de “ultra de direita”, entende-se a provocadora definição de populismo que deu o filósofo britânico Roger Scruton numa [entrevista](#) para a “National Review” (28.7.2018): “Populismo é uma palavra que usam as pessoas de esquerda para descrever as emoções das pessoas comuns, quando não tendem para a esquerda”.

Apesar do populismo costumar estar associado a [uma forma de fazer política](#) mais do que a conteúdos ideológicos concretos, o que permite falar de populistas de esquerda e de direita, a definição de Scruton – deliberadamente parcial, penso – chama a atenção sobre as tentativas de reprovar ideias que vão na contracorrente.

É aquilo que faz o “The Guardian” num [questionário](#) intitulado “Quão populista se considera?”. Os leitores têm de dizer se concordam ou não (e em que grau) com 20 afirmações. As 8 primeiras abordam assuntos relativos à crise de representação que encorajou os populismos: por exemplo, se os políticos devem ouvir sempre o povo, ou se têm de passar algum tempo com os cidadãos comuns para fazer bem o seu trabalho. Seguem-se outras relacionadas com a globalização, outro debate importante para compreender o auge populista: nacionalismo, comércio livre... E, rapidamente, a série final de perguntas procura deduzir o populismo das posições dos leitores sobre a autoridade da Igreja, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a adoção por parte dos homossexuais.

Também é alarmista a narrativa que encara os cidadãos como náufragos à deriva dos algoritmos. É verdade que a personalização informativa que trouxe a tecnologia, contra a qual adverte [Eli Pariser](#), favorece as bolhas ideológicas e previne-nos de ficarmos expostos a visões do mundo diferentes da nossa. Mas isso não significa que estejamos à mercê da tecnologia: cada qual é livre de decidir os meios de comunicação que lê e as pessoas que acompanha nas redes sociais.

Da mesma forma, cada qual é responsável por forjar uma atitude de reflexão que não esteja conforme aos clichês da moda. Como [explica](#) Luis Romera, essa disposição de fundo irá levar-nos a não assumir de forma acrítica as explicações convencionais, a detetar as “unilateralidades, exageros, reducionismos” de uma abordagem. Não por ânsia de originalidade nem de polemizar, mas movidos pelo desejo de “obter compreensões de maior penetração e alcance” que nos permitam depois enfrentar melhor os problemas sociais.

J. M.

Chegou demasiado longe a eutanásia?

“Vários países estão a facilitar a escolha do tempo e o modo como as pessoas desejam morrer, mas na Holanda, capital mundial da eutanásia, as consequências de tudo isto começam a preocupar”.

Assim o testemunhou o jornalista Christopher de Bellaigue no diário britânico [“The Guardian”](#) (18.1.2019). O seu artigo inclui os testemunhos de vários médicos da Holanda e da Bélgica sobre a aplicação atual do “direito a morrer”, uma prerrogativa que, uma vez em vigor – e é a advertência que faz a países que têm a perspetiva da sua legalização – pode sair do controlo inicialmente previsto.

Académicos e juristas lançaram o alerta sobre o que se conhece geralmente como a “ladeira escorregadia”: que uma medida introduzida para aliviar os doentes terminais se tenha alargado de modo a incluir pessoas que poderiam viver muitos anos, algo que afeta os que sofrem de doenças como a distrofia muscular, sexagenários com demência, e mesmo jovens com doenças mentais.

O interessante é que algumas irregularidades na aplicação do procedimento legal estão a traduzir-se agora no facto de mais pessoas estarem a pensar nisso. “Números oficiais recentes sugerem que as dúvidas sobre a direção que encetou a eutanásia holandesa estão a ter um efeito na disponibilidade dos médicos para aplicar o procedimento. Em novembro de

2018, o ministro da Saúde revelou que nos primeiros nove meses do ano, o número de casos desceu 9 % comparativamente ao mesmo período de 2017, a primeira queda desde 2006. Pouco depois [do Ministério ter dado essa informação], num sinal de que existe um ambiente legal mais hostil, a magistratura anunciou a primeira acusação de um médico por má prática na execução de uma eutanásia”.

Inicialmente, com a legalização de 2002, a prática havia disparado: “O número de holandeses que recebeu a eutanásia subiu imenso, de números inferiores a 2000 em 2007, para quase 6600 em 2017 (estima-se que praticamente o mesmo número viu recusado o seu pedido de eutanásia por não cumprirem os requisitos legais). Também em 2017, 1900 holandeses se mataram a si próprios, enquanto que os que morreram sob sedação paliativa [...] foram 32 000. No total, cerca de um quarto das mortes em 2017 foram induzidas”.

Uma das razões – acrescenta – pelas quais a eutanásia avançou em 2017, foi que se ampliou a gama de pressupostos admitidos, ao mesmo tempo que se relaxou a definição de “sofrimento insuportável”.

O relaxamento ganha corpo em casos reais. “Em janeiro passado, uma especialista em ética médica, Berna Van Baarsen, causou rebuliço quando renunciou como membro de uma das Juntas de Revisão, em protesto pela crescente frequência com que estavam a ser eutanasiados os doentes com demência, com base em diretivas escritas que não podem confirmar após perderem as suas faculdades. ‘É basicamente impossível’ – diz ela – ‘estabelecer que um doente está a sofrer de modo insuportável, porque já não pode explicá-lo”.

“Os escrúpulos de Van Baarsen cristalizaram no primeiro caso de má prática numa eutanásia; os magistrados já o estão a preparar, e outros três casos estão atualmente sob investigação. O presente trata de uma doente que sofre de demência, a qual havia pedido para ser eutanasiada quando chegasse a ‘devida altura’, mas quando a sua médica entendeu que o momento havia chegado, a doente resistiu. Teve de ser drogada e dominada pela sua família para que a médica pudesse dar-lhe a injeção fatal. A médica defendeu a sua atuação alegando que estava a cumprir a vontade da sua doente e que, como esta era já incapaz, os seus protestos antes de morrer eram irrelevantes.

Diz De Bellaigue que “a eutanásia está concebida [na Holanda] como um serviço de saúde básico, coberto pelo prémio mensal pago por todo o cidadão à sua companhia de seguros”.

O jornalista narra, a propósito disso, a sua participação numa conferência organizada pela Dutch Voluntary Euthanasia Society (NVVE), que agrupa 170 000 membros. Aí teve a oportunidade de conversar com Steven Pleiter, diretor do Levensidekliniek, um centro especializado em eutanásias.

Em 2002, afirma, “Pleiter reuniu-se com companhias de seguros para determinar o que pagariam à clínica por cada procedimento de eutanásia. O número atual é de 3000 euros, que são entregues à clínica mesmo se o requerente recuar no último minuto. Sugeriu a Pleiter que as seguradoras prefeririam pagar de uma só vez para que se eutanasiasse uma pessoa, em vez de gastar uma ampla verba a mantê-la, com necessidades e improdutiva, viva numa residência”.

A resposta do executivo foi cortante: “Isto não tem a ver com dinheiro, mas com empatia, ética, compaixão. Penso firmemente que não há necessidade de sofrer”. Retoma De Bellaigue: “Quanto mais me informava sobre isto, mais me parecia que a eutanásia, ao mesmo tempo que conferia um valor ao final da vida, podia simultaneamente embaratecê-la”.

Além de certas entidades interessadas na prática, por vezes, o ambiente do doente pode empurrar na mesma direção.

O jornalista cita o caso de uma médica da região belga da Valónia. Marie-Louise (nome fictício) testemunhou a pressão exercida pela mulher de um doente que sofria de demência, o qual antes de cair nesse estado havia pedido a eutanásia se a sua condição piorasse. Uma vez que a sua situação se agravou, a sua decisão mudou, mas a mulher insistia em que ele desse o passo previsto. A especialista negou-se a dar-lhe a eutanásia, mas quando foi de férias e regressou, ficou a saber que um colega havia acedido a fazer a eutanásia.

Agora está a pensar em abandonar. Lamenta-se: “Como é que posso estar aqui? Sou uma médica e não posso garantir a segurança dos meus doentes mais vulneráveis”.

Pena de morte: continua a descida de execuções nos EUA

Apesar do apoio à pena capital nos Estados Unidos ter tido uma [subida em 2017](#), as execuções têm vindo a diminuir. Segundo uma informação difundida pelo “The Wall Street Journal” (19.2.2019), em 2018, só foram executadas 25 pessoas, quarto ano consecutivo abaixo de 30 pessoas; pelo contrário, foram sentenciadas à pena capital 42, mais três do que em 2017. Nada a ver com as 315 condenações de 1996, ou as 98 execuções de 1999, o número mais alto desde que o Supremo Tribunal confirmou a constitucionalidade da pena de morte em 1976.

Desde essa altura, 23 estados aboliram a pena de morte ou o governador estabeleceu uma moratória sobre a sua aplicação. Por outro lado, continuam a existir sinais de doença mental ou deficiência intelectual em demasiados dos condenados à morte ou executados em 2018. Mas é especialmente significativo que legisladores republicanos protagonizem projetos

abolicionistas, contra uma das tendências clássicas desse partido.

Como [recorda](#) o diário, destacados democratas – como Barack Obama ou Hillary Clinton – apoiaram as execuções nalguns casos, mas apenas 35 % dos democratas são favoráveis à pena capital, contra 77 % dos republicanos, segundo um inquérito do Pew Research Center, de 2018. Desde 1996, o apoio à pena de morte diminuiu 36 pontos percentuais entre os democratas, e 10, entre os republicanos.

No Kansas, Kentucky, Missouri, Montana e Wyoming, os republicanos promoveram, em 2018, projetos de lei para abolir a pena capital. Atualmente, apoiam uma proposta semelhante no New Hampshire, onde os democratas dominam a Câmara de Representantes. No total, os republicanos promoveram 27 projetos de lei contra a pena de morte em 2018, contra somente quatro no ano 2000, segundo o grupo Conservatives Concerned About the Death Penalty. A sua responsável máxima, Hannah Cox, reafirma a sua convicção na santidade da vida, para lá da clássica preocupação devido ao risco de tirar a vida a um inocente.

Na tendência abolicionista têm influência igualmente decisões parciais do Supremo Tribunal contra certos tipos de execução considerados cruéis, desproporcionados ou excessivamente dolorosos. Nessa linha, situam-se também as falhas na aplicação da injeção letal, assim como [a recusa de algumas empresas farmacêuticas](#) de proporcioná-la às penitenciárias. Adicionalmente, muitos consideram que os estados gastam demasiado dinheiro numa política penal que está longe de produzir o efeito dissuasor tantas vezes invocado pelos defensores da sanção máxima.

Por outro lado, como reconhece Chad McCoy, presidente da maioria da Câmara de Representantes do Kentucky, ser pró-vida significa proteger todas as vidas. McCoy apresentou um projeto de abolição na última sessão legislativa: fracassou, mas retomou-o este ano e espera conseguir mais apoio.

De qualquer forma, uma tradição política norte-americana fala de que o político que se opõe à pena de morte causa a sua própria morte política. Talvez por isto, governadores republicanos vetaram leis abolicionistas aprovadas por iniciativa do seu partido: foi o caso de Chris Sununu no New Hampshire, ou de Pete Ricketts, no Nebraska.

A exceção continua a ser o Texas, o estado com maior número de execuções desde 1977. Não houve qualquer proposta por parte de representantes republicanos, que controlam as câmaras legislativas estaduais.

S. B.

“Transhumanismo y fascinación por las nuevas tecnologías”

“Fascination des nouvelles technologies et transhumanisme”

Autor: Tanguy Marie Pouliquen
Rialp. Madrid (2018)
280 págs.

Na sua vertente extrema, o trans-humanismo apresenta um cenário de ficção científica: cérebros ligados à Internet; emoções descarregáveis num computador; úteros artificiais que permitem gestar fora do corpo; vidas congeladas para serem reanimadas no futuro à espera da imortalidade...

São promessas suscetíveis de desprezo por serem utópicas. Mas uma opção mais interessante é levar a sério a visão radical do homem que defende este movimento e denunciar a sua progressiva aceitação na opinião pública, graças ao entusiasmo pela tecnologia. É o que faz neste livro, Tanguy Marie Pouliquen, professor de filosofia e teologia no Instituto Católico de Toulouse.

Não é fácil ficar com uma ideia exata dos postulados trans-humanistas, dadas as diferenças que existem entre os seus defensores e a ambiguidade com que alguns estabelecem os seus objetivos. Pouliquen mergulha em declarações e outros documentos disponíveis nas páginas *web* de associações trans-humanistas para apresentar uma síntese crítica e didática, em forma de 115 perguntas.

No centro da visão antropológica do trans-humanismo está a rejeição da natureza humana e dos limites biológicos que derivam dela, incluindo a doença e a morte. Em face deles, esta corrente de pensamento propugna a *melhoria* e o *aumento* da condição humana através da ciência e da técnica. Nomeadamente, através da “convergência NBIC”, que estabelece a colaboração mútua entre a nanotecnologia, a biotecnologia, as tecnologias da informação e as ciências cognitivas.

Numa primeira fase, o movimento trans-humanista apresentou a melhoria humana como um direito. Mas acabou por fazer dela uma exigência ética: nos tempos da evolução dirigida pelos homens, seria imoral deixar passar as desigualdades impostas pela “lotaria genética”. É a mesma lógica com que hoje se pretendem dirimir questões bioéticas: porquê permitir que nasçam bebés com determinada deficiência? Porquê não *produzi-los* são?...

Ao utilitarismo libertário do trans-humanismo, com um fundo marcadamente materialista, convém a rutura com qualquer forma de dependência, seja o reconhecimento da existência de Deus, a fragilidade do próprio corpo ou os “defeitos de qualidade” dos outros, reduzidos à categoria de produtos suscetíveis de melhoria.

Para justificar as faltas de respeito pela dignidade humana, o trans-humanismo promove a concepção relativista da tolerância. O paradoxo é que depois de pedir a abolição dos limites biológicos, esta corrente de pensamento dita o seu: “É intolerável não ser tolerante”. Também necessita que a capacidade de reflexão da sociedade retroceda, para que ninguém associe culpas morais ao núcleo duro do credo trans-humanista: “Tudo o que é tecnicamente possível, é desejável”.

Em face do poder fascinante da tecnologia, Pouliquen apela a uma atitude de reflexão: cada qual deve avaliar como usá-la para que continue a ser “um simples meio proporcionado à vida real”. Precisamente, numa época tecnológica, torna-se mais urgente “a exigência de vida interior”, como observou o filósofo Gustave Thibon: “O homem de amanhã terá tanta mais necessidade de meditação, quanto mais estiver inclinado para a ação, de modo a fazer um contrapeso à ação, e para lhe dar um sentido e escapar da dispersão, do desmoronamento interior”.

J. M.

